O COMBATE À DESINFORMAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL: checagem de fake news no enfrentamento à Covid-19.

Carla Letícia Carvalho Campinas[1]

Jeffeson William Pereira[2]

Kalicia Pereira de Oliveira[3]

Lucilene Ferreira de Melo[4]

Thayna Viana dos Santos[5]

RESUMO

O texto teve como objetivo evidenciar o combate às *fake news* no Brasil e a aproximação do Serviço Social com a temática. Foi possível mapear quatro agências checadoras brasileiras de *fake news*, os respectivos posicionamentos e as estratégias de combate aos conteúdos sobre as vacinas contra a Covid 19 no Brasil. Os resultados evidenciaram uma produção de conteúdos avessos às vacinas, consistindo em obstáculos ao enfrentamento à pandemia e à imunização da população. Conclui-se que as redes sociais são atravessadas pelo antagonismo das classes sociais, que rebatem nos mais diversos campos da vida social; as informações e a comunicação são manipuladas, ferindo direitos. Considera-se tal questão um dos maiores desafios postos na contemporaneidade, no que tange ao seu enfrentamento pela velocidade que são propagadas.

Palavras-chave: Desinformação 1. Serviço Social 2. Covid-19 3.

ABSTRACT

The text aimed to highlight the fight against fake news in Brazil and the approximation of Social Work with the theme. It was possible to map four Brazilian fake News checking agencies, their respective positions and strategies to combat content about vaccines against Covid 19 in Brazil. The results showed a production of content that is averse to vaccines, consisting of obstacles to fighting the pandemic and immunizing the population. It is concluded that social networks are crossed by the antagonism of social classes, which affect the most diverse fields of social life; information and communication are manipulated, injuring rights. This issue is considered to be one of the greatest challenges posed in contemporaneity, regarding its confrontation due to the speed that they are propagated.

Keywords: Disinformation 1. Social Service 2. Covid-19 3.

[1] Universidade Federal do Amazonas; Graduanda em Serviço Social; e-mail: carlaleticiaseso@gmail.com
[2] Universidade Federal do Amazonas; Doutor; e- mail: jeffesonwilliam@ufam.edu.br
[3] Universidade Federal do Amazonas; Graduanda em Serviço Social; e-mail: kaliciaoliveira13@gmail.com
[4] Universidade Federal do Amazonas; Doutora; e- mail: lucilenefmelo@ufam.edu.br
[5] Universidade Federal do Amazonas; Graduanda em Serviço Social; e-mail: thayna.viana@outolook.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a pandemia do novo corona vírus modificou e ceifou vidas. Os dados da pandemia da covid-19 até o dia 29 de agosto de 2021, no Brasil, conforme o DataSus, são de 20.741.815 casos e 579.308 óbitos, apenas 28,17% da população está totalmente vacinada (G1.SP, 2021). Em meio a esse problema de saúde pública mundial têm-se as *fakes news* ou as notícias falsas. Esse tipo de comunicação que são veiculadas massivamente e de modo muito veloz, sobretudo, nas redes sociais, podem servir de obstáculo para a credibilidade nas vacinas e comprometer a total imunização da população.

No Brasil, tramita no senado o projeto de lei 2.630/2020, a chamada lei das *fake news*, a qual poderá ser um mecanismo para combater e responsabilizar os provedores pela disseminação da desinformação. Mas, por que as *fakes news* precisam ser combatidas como um enfrentamento à Covid-19? Essa iniciativa se faz necessária pelo fato desse tipo de comunicação também veicular desinformação sobre a covid 19, sobre mecanismos de prevenção e sobre vacinas e, com isso, ocasionar possíveis danos à saúde da população. A Organização Mundial de Saúde – OMS, em julho de 2020, lançou um alerta sobre isso, o fenômeno foi denominado de infodemia de *fake news*. Em relação a essas informações duvidosas, o enfrentamento deve ser com informações confiáveis, sobretudo com respaldo de conhecimento científico e iniciativas nesse sentido já existem no Brasil.

Objetivou-se com este artigo evidenciar o combate às *fake news* no Brasil e a aproximação do Serviço Social com a temática. Foram mapeadas e apresentadas as homepages das organizações que atuam nessa área, os respectivos posicionamentos e as estratégias de combate acerca da desinformação concernente aos conteúdos sobre as vacinas ao contexto pandêmico da Covid 19 no Brasil.

A perspectiva teórico-metodológica que pauta o trabalho é o materialismo histórico-dialético, a partir de conceitos do marxismo. Os dados coletados são de quatro agências checadoras de fake News brasileiras. Os resultados evidenciaram uma produção de conteúdos que são verdadeiros obstáculos ao enfrentamento à

pandemia, com conteúdos avessos às vacinas, fortemente combatido pelas agências checadoras. Conclui-se que as redes sociais estão repletas de contradições e posicionamentos que investem contra direitos sociais, sobretudo o direito a comunicação, mistificando e omitindo informações, demandando que as forças sociais se posicionem criticamente e se coloquem sempre em luta.

2 CAPITALISMO, ERA DA INTERNET E QUESTÃO SOCIAL

O modo de produção capitalista fundamenta-se no estabelecimento da propriedade privada e da acumulação da riqueza socialmente produzida, cuja luta entre classes antagônicas é permanente, tendo em vista a contraditória relação entre capital/trabalho. O trabalho torna-se alienado na forma social capitalista, uma vez que a ideologia dominante promove o distanciamento do homem de sua capacidade de percepção crítica, abstraindo-o da condição de ser social na medida em que ele, através do fetiche, não se reconhece na sua própria produção. É a relação capital/trabalho que gera condições para a manutenção das relações de exploração e que incidem sobre as situações humanamente desiguais, sendo essa relação produto interno bruto do declínio do feudalismo, conforme a “sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, p.54, 2009). O antagonismo de classes produz contradições que reluzem nos mais diversos campos da vida social, incluindo o campo informacional e da comunicação, estas desigualdades imprimem à questão social, objeto de intervenção do assistente social. Para Iamamoto (2011, p. 27) questão social é apreendida

> [...] como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Para desvelar a relação capitalismo, era da internet e questão social, é preciso perpassar, como evidencia Dantas (2003), conceitos do marxismo, como o de etapa, introduzido por Lenin ao discorrer sobre o imperialismo enquanto última etapa do capitalismo. Nesta linha de raciocínio, Giovanni Arrighi (1996 apud DANTAS, 2003),

expõe a necessidade de estudar e compreender a evolução do capitalismo, o que sugere ultrapassar o estudo dos seus ciclos curtos de expansão e crise econômica. Para Dantas (2003), é no bojo da agudização das contradições do capitalismo, em um dado momento histórico, no acúmulo de contrastes e dicotomias, que o modo de produzir configura novas formas de exploração e domínio, ultrapassando o período de estagnação relativa, e consequentemente, aquela etapa do capitalismo. O autor disserta que os ciclos longos

> [...] passam por períodos de germinação, crescimento, amadurecimento, decrepitude e, finalmente, extinção e superação. Germinam ainda no interior de um ciclo em decrepitude. Extinguem-se, quando já há um outro ciclo em crescimento (DANTAS, 2003, p. 06).

Seguindo esta linha de raciocínio, o capitalismo perpassa momentos históricos concentrados em determinadas generalizações que delimitam e caracterizam aquele período/etapa. Para compreender como as mudanças estruturais, que metamorfoseiam as etapas do capitalismo, e dialeticamente, as relações sociais, se dão, é preciso introduzir categorias elementares do marxismo. Uma das categorias macro analíticas utilizadas por Dantas (2003) é o conceito de mais-valia. Segundo o autor, a mais-valia, em sua formatação mais simplória revela uma espécie de corveia industrial, todavia, continua o autor, Marx elenca três dimensões, no qual apenas uma se refere a mais-valia enquanto corveia, já segunda dimensão se refere ao custo da cesta de subsistência do trabalhador, e a terceira diz respeito a intensificação do tempo, categoria primordial no processo de valorização do capital. Conforme o autor:

> As mudanças estruturais do capitalismo, ao longo da sua história estão intimamente relacionadas, entre outros aspectos, às distintas qualificações dos trabalhadores necessários, em cada etapa, para poupar tempo de produção e de circulação, em benefício da acumulação de capital (DANTAS, 2003, p. 07).

Para a valorização, e consequentemente, acumulação do capital, a redução do tempo depende da natureza dos materiais e tecnologias disponíveis, especialmente tecnologias voltadas para o transporte e a comunicação – estas tecnologias podem reduzir o tempo de produção, mas nunca suprimir, Dantas (2003). É a partir destes pressupostos que a atual etapa do capitalismo se estabelece, enquanto uma era de sofisticação das tecnologias e materiais disponíveis para a acumulação da riqueza, e

consequentemente, da reconfiguração das múltiplas refrações da questão social. Na intenção de desvelar sobre as nuances do capitalismo do séc. XXI, Fuchs (2012, p. 30) discorre:

> Para describir la sociedad contemporánea, los académicos marxistas han sugerido algunos términos que se centran en la transformación de las fuerzas productivas, como, por ejemplo, capitalismo digital (Schiller, 2000)2, capitalismo virtual (Dawson y Foster, 1998), capitalismo de alta tecnología (Haug, 2003), capitalismo informático (Fitzpatrick, 2002) y capitalismo comunicativo (Dean, 2005).

Dentre os diversos termos utilizados no campo das ciências sociais, o autor utiliza o “capitalismo informacional”, o qual está fincado em “la interconexión dialéctica del conocimiento subjetivo y el conocimiento objetivado en las tecnologías de la informacionais” (FUCHS, 2012, p.32). Para ele, esta perspectiva é a mais bem fundamentada porque a dialética permite conceber a realidade enquanto uma agremiação complexa, dinâmica e contraditória, o que de antemão questiona abordagens unidimensionais, descontínuas e ideologicamente estáticas da realidade. Portanto, longe de uma perspectiva que anuncia uma nova questão social, afinal o cerne da contraditoriedade das relações capitalistas é o mesmo do século XIX, mas a roupagem das expressões da questão social são outras, compreende-se a perspectiva adotado por Fuchs (2012), como a mais próxima da teoria social que baliza as dimensões constitutivas e constituintes do Serviço Social. Isto posto, esta análise não se restringe somente a dimensão investigativa da profissão, mas a interventiva, no qual o direito à comunicação se fundamenta enquanto um direito humano, expresso e defendido no código de ética da categoria.

Vale ressaltar que a comunicação e as tecnologias de informação são um campo de disputas de projetos e luta de classes, a exemplo, o oligopólio das mídias de comunicação no Brasil, exposto na pesquisa conjunta da ONG brasileira Intervozes e da Repórteres sem Fronteiras - RSF :

> [...] os quatro principais grupos de mídia concentram uma audiência nacional exorbitante em cada segmento analisado (TV, rádio, mídia impressa e online), ultrapassando 70% no caso da televisão aberta, meio de comunicação mais consumido no país (RSF, 2017, p. 01).

É sabido que a luta de classes antagônicas é permanente, ou seja, se a classe dirigente apresenta um projeto societário, a classe subalterna apresenta uma contraposição. Neste sentindo, os movimentos sociais e organizações populares, num acúmulo de forças, permitiram o avigoramento deste tema Ruiz (2011) e, portanto, vêm impondo à mesa de negociações a informação como um direito humano. Para tanto, perpassou-se uma longa trajetória até a concretização das demandas sociais enquanto um direito socialmente reconhecido, logo, reconhecimento do acesso à comunicação como um bem público ainda caminha paulatinamente (MOYSÉS; BRANT, 2004 apud, RUIZ, 2011). Nesta direção, a expressão Comunicação Pública vem ao debate, definida "como o direito a comunicação transversal às políticas públicas sociais" Figueiredo (2018). Para Figueiredo, a Comunicação Pública é um instrumento de atuação que aprimora a linguagem, e uma ferramenta de trabalho do assistente social, ainda não aprofundada pela categoria. Ela considera a exorbitante importância deste debate "visto ser este período de informação fácil, com múltiplas possibilidades, mas de pouca densidade nas comunicações" Figueiredo (2018).

Posto isto, os direitos humanos percorrem uma trajetória de cunho societário, forjados a partir da fundamentação teórica e do estabelecimento das constituições, pactos, tratados e convenções, sujeita a correlação de forças e dinâmica da luta de classes, portanto, é necessário reafirmar a comunicação como um direito humano fundamental, até que esta seja reconhecida como tal, Figueiredo (2018). À vista disso, este reconhecimento está em consonância com a direção social do projeto ético-político do assistente social.

3 AS REDES SOCIAIS E A INFODEMIA DE FAKE NEWS

As redes sociais se tornaram indispensáveis para a manutenção e estabelecimento de vínculos entre as pessoas de todas as partes do mundo. Algumas foram deixando de existir e, gradativamente, outras estão oferecendo cada vez mais entretenimento, conteúdo dos mais variados assuntos e recursos que permitem a exposição de vídeos, fotos e textos, podendo abarcar imagens de teor humorístico a questões relacionadas à saúde:

> [...] os dados de redes sociais podem ser usados na vigilância em saúde em relação à Covid-19. Dada a velocidade de disseminação da doença, produzir respostas rápidas para questões como as listadas anteriormente pode gerar informações para tomada de decisão e, com isso, apoiar o planejamento e monitoramento de políticas para a promoção da saúde e controle de doenças (ACOSTA; OLENSCKI; SALLUM; SARAIVA, 2020, p. 265).

Dessa maneira, conforme Domingues (2021 apud TORRES 2020), uma quantidade considerável de pessoas adultas está utilizando as mensagens compartilhadas pelo WhatsApp como referência de notícias e orientações. Na era digital, há aumento de acesso aos aplicativos como *Facebook*, *Instagram, Twitter* e o recente *TikTok*, que representam a multiplicação midiática de informações. O que representa um fato alarmante, pois os conteúdos em sua maioria, não apresentam uma fonte confiável, mas opiniões baseadas em suposições.

Em decorrência ao plano de contingência da COVID-19, com o auxílio de mídias sociais disponíveis na Internet, foi possível permanecer próximo de amigos e parentes. No entanto, à medida que essas ferramentas virtuais são úteis, elas também promovem um risco à saúde pública, tendo em vista que o fenômeno da Infodemia urge enquanto excesso de informações com base científica adequada e excesso de desinformação sem nenhuma credibilidade, Domingues (2021).

Isto posto, a Infodemia afeta diretamente a saúde pública mundial à proporção que as desinformações circulam, criando uma comunidade que tem dúvidas em relações às fontes de determinado assunto; também agrava o sofrimento psíquico dos indivíduos uma vez que a “[...] comunicação de risco é capaz não apenas de reduzir o impacto psicológico de uma crise, mas de empoderar o público para adotar medidas que reduzam seus riscos.” (DOMINGUES, 2021, p. 04).

A partir disso verifica-se que a desinformação está ligada diretamente a qualidade de vida, pois prejudica não somente o indivíduo que a consome, mas toda a sociedade, as notícias falsas incitam o *negacionismo*. Essa atitude pode atrasar e exigir um esforço maior para convencer a população acerca das medidas realmente eficazes e cientificamente comprovadas. Por isso, pensando em trabalho para longo prazo, é de suma importância que as orientações adequadas utilizem “[...] a comunicação de risco de acordo com quem falamos, além de aprender a falar sua

língua, considerando e respeitando suas especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas. [...]" (DOMINGUES, 2021, p. 05).

Deve-se refletir que as ações realizadas agora serão também necessárias após a pandemia tendo em vista que:

> [...] por meio da linguagem oral e outros instrumentos de comunicação que se engendra a função pedagógica do assistente social, sustentada na atualidade pelos princípios do projeto ético político. Essa função, presente desde os primórdios da profissão precisa ter na formação profissional introduções sobre o direito à comunicação e na atuação profissional requerer da estrutura de Estado condições de trabalho que assegurem as tarefas do agente público que são: informar por dever, assegurar uma pedagogia às mensagens, incluir a comunicação em todo o processo de atendimento e, especialmente contribuir para conferir sentido à vida coletiva. Isso é construir na superestrutura processos no campo social, comunicacional e cultural que visam o fortalecimento da democracia, noção de direito de cidadania e de consciência de classe (FIGUEIREDO, 2018, p. 175).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 11 de março de 2020, quando anunciou a pandemia do Novo Coronavírus, vem buscando reforços além de controlar a doença, mas também a crise informacional, a qual se propaga na rápida disseminação por meio de notícias falsas e imprecisas. Em parceria com um conjunto variado de profissionais, a OMS recomenda que sejam feitas regularmente as checagens de notícias e o incentivo de consumo das fontes oficiais informações sobre a Covid-19.

4. O COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Considerando este cenário de infodemia instaurado na pandemia da covid-19, é necessário compreender as formas como as informações falsas sobre a pandemia são veiculadas nos meios de comunicação, quais as suas motivações e quais são os mecanismos existentes hoje para o combate à desinformação.

Wardle (2017) traz como destaque da sua abordagem os diferentes tipos de desinformação que tem se propagado nas plataformas digitais denominado o ecossistema da desinformação que são: falsa conexão, quando as notícias ou imagem não condizem ou confirmam o conteúdo proposto, o falso contexto, quando o

conteúdo publicado contém informações falsas, manipulação de conteúdo, quando a informação ou imagem sofrem alterações para criar notícias falsas sobre determinado conteúdo ou pessoa, sátira ou paródia, quando a notícia tem um teor de humor que aparentemente não tem a intenção de prejudicar, porém tem um teor enganoso causando dúvidas, conteúdo enganoso, quando acontece o uso de informações de forma a confundir o leitor, conteúdo impostor, quando as fontes dadas são imitadas de outras notícias e, por fim, o conteúdo fabricado, que é quando o conteúdo é feito com informações totalmente falsas criadas para prejudicar ou enganar.

É com base nisso que Teixeira (2018) aborda que as *fake news* fazem parte desse ecossistema de desinformação que podem determinar ou influenciar eleições políticas, favorecer resultados de pesquisas e podem resultar até mesmo na redução de índices de vacinação. Teixeira (2018) ainda destaca que quando essas *fake news* quando relacionadas à saúde pública elas miram a vida, pois elas influenciam a conduta da sociedade, elas trazem um discurso em defesa da vida, usam de enunciados, evocam um discurso de vida saudável, porém por trás desse conteúdo de desinformação expõem as pessoas a riscos, a proliferação das doenças e da negação às vacinas.

Com base no contexto atual que é de aumento do compartilhamento de notícias falsas sobre a covid-19, que algumas agências de informações comprometidas com busca da verdade e a desmistificação de *fake news* sobre o vírus enxergaram a necessidade de combater a desinformação, com o objetivo de criar conteúdo que possa auxiliar e informar às pessoas com informações precisas e de qualidade e que possuem comprovação cientifica sobre as vacinas.

4.1. Agências de informações

Apresenta-se aqui quatro agências checadoras brasileiras de fake news que durante a pandemia geraram e geram conteúdo contra a desinformação e a infodemia, e mostra-se também algumas checagens feitas por essas agências relacionadas aos conteúdos sobre as vacinas compartilhadas na internet durante a pandemia.

A primeira agência a ser apresentada é a Comprova segundo o seu website é uma agência que nasce da inspiração em projetos como o CrossCheck, que foi um projeto de colaboração jornalística, realizada nas eleições presidenciais da França em 2017 Projeto Comprova (2021). A agência comprova é a coalização de mais de vinte quatro veículos de informação no Brasil, que fornece e monitora relatórios verificados de desinformações propagadas na internet. Esse projeto é independente e sem vieses, que investiga com base no monitoramento de sites e páginas em redes sociais, usando o método das palavras chaves mais utilizadas no momento nas redes sociais e de pesquisa, Projeto Comprova (2021).

O projeto Comprova checa as notícias com a colaboração de jornalistas dos veículos participantes, que escrevem como foi feito o processo de checagem, quais as fontes utilizadas, quem pesquisou e avaliam se aquele conteúdo é falso ou verdadeiro. A agência ao ter essas checagens feitas apresenta no site e nas suas redes sociais o conteúdo com o uso de etiquetas que são utilizadas para trazer mais clareza do conteúdo verificado, essas etiquetas são a de conteúdo: enganoso, quando o conteúdo é retirado de um contexto e colocado em outro com modificações, gerando dúvidas ao leitor, falso, quando o conteúdo verificado é inventado, ou foi alterado mudando totalmente o significado original e o comprovado quando o conteúdo é de fato verdadeiro Projeto Comprova (2021).

Com base nisso a agência comprova no mês de junho trouxe a verificação de um vídeo veiculado no *Facebook* que mostra uma idosa, que afirma ter tomado a vacina CoronaVac nos dois braços e que afirmava que o imunizante tem um caráter magnético pois ela conseguia grudar moedas na região onde foi aplicado a vacina. Com a checagem do conteúdo foi verificado que ele é falso, pois as vacinas não possuem nenhum componente capaz de gerar tal reação, a verificação foi feita com bases em estudos científicos e com base no posicionamento do Instituto Butantan responsável pela fabricação da Vacina, Projeto Comprova (2021).

A segunda agência é a Agência Lupa, que é uma plataforma de combate a desinformação através das checagens de fatos e da educação midiática. De acordo com seu site foi fundada em 2015, e, hoje, possui parcerias em projetos de produção

de conteúdo jornalístico e de educação midiática, com o objetivo de expandir essa discussão e levar para a sociedade informações de qualidade. A missão da Lupa é estimular o debate público e promover a conscientização sobre os riscos da desinformação, a agência segue um método próprio de trabalho, onde checam declarações feitas por sujeitos públicos ou informações que são consideradas potencialmente falsas que circulam na internet, a agência ressalta em seu site que não checa opiniões e não faz previsão do futuro, apenas esforça-se para verificar a veracidade das informações. Na sua checagem de conteúdo a agência utiliza algumas etiquetas para classificar a análise do conteúdo, são nove etiquetas denominadas de: Falso, Contraditório, Verdadeiro, Ainda é cedo para fazer, Exagerado, Subestimado, Insustentável, Verdadeiro mas, e a etiqueta De olho. (PIAUI.FOLHA, 2021).

Com base nisso a agência Lupa verificou um conteúdo que estava sendo disseminado no *WhatsApp*, no qual afirmava que segundo um estudo feito no New England Journal of Medicine, cerca de 82% das grávidas que foram vacinadas contra a covid-19 durante os primeiros meses de gravidez sofreram aborto. O conteúdo recebeu a etiqueta de falso, a informação foi analisada e foi comprovado que na verdade o estudo feito informa que existe um percentual de cerca de 12,6% que é a margem esperada, e sinaliza que os dados encontrados sobre os imunizantes não apresentam sinais que gerem grandes preocupações relacionados às gestantes (PIAUI.FOLHA, 2021).

A terceira agência é a Agência Aos Fatos, que em seu site vem ressaltar que se o jornalismo não cria impacto, falhou em seus objetivos principais que é o de fiscalizar o poder. A agência é uma multiplataforma que tem o objetivo de amplificar informações comprovadas, ela utiliza um método de checagem que abrangem desde a seleção da informação pública que vai ser investigada até sua contextualização e classificação. A classificação de etiquetas é dividida em sete: Verdadeiro, Impreciso, Exagerado, Contraditório, Insustentável, Distorcido ou falso (AOS FATOS, 2021).

Os jornalistas buscam sempre nortear as classificações de maneira clara e objetiva. É partindo dessa perspectiva que a agência checou um conteúdo de um vídeo que foi feito por um médico, que afirmava que o imunizante CoronaVac era

ineficaz, pois ao fazer um teste sorológico não foi encontrado anticorpos para o vírus. A etiqueta colocada ao conteúdo foi a de falso, pois segundo a checagem e investigação o teste feito por ele é incapaz de medir toda a imunidade gerada pelo imunizante e a checagem ressaltou que as vacinas não impedem que uma pessoa seja infectada, mas reduzem os riscos de contágio e agravamento da doença em casos graves (AOS FATOS, 2021).

Por fim a quarta agência é a Redes Cordiais que foi criada em 2018 com a missão de construir redes que possam desenvolver a educação midiática, de maneira responsável e crítica. Segundo o site da agência a aposta do projeto é na informação de qualidade que o jornalismo responsável ajuda a desenvolver, eles utilizam da voz de influenciadores digitais como mecanismo de trazer debates de assuntos importante de uma forma diversa e empático, além de convidar os influenciadores, eles realizam Workshops e oficinas para o enfretamento a desinformação. No Instagram da agência é possível perceber que ela possui checagem de conteúdos com parceria direta com outras agências checadoras como a Lupa, em que foi checado um conteúdo de um estudo científico da Universidade de Almeria, Espanha, onde afirmavam que os imunizantes contra a Covid-19 possuem em sua composição óxido de grafeno, que “transformaria” a pessoa vacinada em um condutor de energia, que poderia ligar ou atrair objetos. O conteúdo verificado é falso, segundo a Anvisa nenhuma das vacinas possuem esse composto químico, e a Universidade citada afirmou que não produziu nenhum estudo sobre esse composto nas vacinas Redes Cordiais (2021).

Observa-se que o enfrentamento deve ser com informações confiáveis, sobretudo com respaldo de conhecimento científico, uma vez que as *fake news* vêm apresentando-se como um obstáculo no enfrentamento à pandemia.

O olhar atento das agências checadoras permitem combater a desinformação, diminuindo os riscos à saúde pública. Entretanto, esse cenário além de criar entraves para o enfrentamento da Covid 19, sobretudo, atualmente, na imunização da população brasileira, suscita necessidade de posicionamento crítico e propositivo que devem perpassar, inclusive, pela formação profissional em Serviço Social, espraiando-se na organização da categoria.

5 CONCLUSÃO

Destarte, sabemos que não é novidade para o Serviço Social brasileiro a discussão sobre linguagem e comunicação, pois no processo formativo da profissão aprendemos que são instrumentos de trabalho indispensáveis ao exercício profissional, saber manuseá-los para viabilizar direitos em um processo argumentativo de defesa das políticas públicas são ferramentas centrais no enfrentamento ao ultraliberalismo capitalista.

No período pandêmico que vivenciamos, as redes sociais, bem como todo aparato tecnológico-comunicacional, tiveram seu uso intensificado como uma alternativa frente à necessidade de quarentena e de isolamento social, aproximaram-se distâncias e promoveu-se a interação entre pessoas. Por outro lado, esses mesmos canais de comunicação receberam uma enxurrada de desinformação, instaurando outra pandemia, agora no âmbito virtual, que ficou conhecida como infodemia, ou seja, informações falsas veiculadas com a principal motivação de fazer com que a população em geral colocasse em xeque os dados científicos. As consequências dessas práticas foram maléficas às condições de vida da população, dentre elas podemos citar o frequente uso de medicamentos que não tinham eficácia comprovada contra o vírus sars-cov-2, o desencorajamento à imunização, ressaltamos que a estratégia de prevenção mais acertada continua sendo a vacinação completa de ao menos 70% da população de cada país, outo efeito nefasto foi a minimização dos alto número de óbitos, adoecimentos e sequelas por meio de uma verdadeira engenharia de manipulação de conteúdos que utilizou-se de sátiras ou falsas conexões, passando a informação enganosa a ser fabricada.

Para o enfrentamento dessa realidade o Serviço Social deve priorizar em seu processo formativo o combate à desinformação, uma vez que a comunicação é um direito humano, o compartilhamento de notícias falsas deve ser denunciado e a população orientada para que possa discernir entre uma *fake news* e uma informação confiável e científica. Portanto, a defesa da vida e da verdade deve prevalecer, esse debate deve ocorrer em todas as instituições formadoras de assistentes sociais, no ensino, na pesquisa e na extensão, por fim, acreditamos que o trabalho realizado

pelas agências checadoras deve ser divulgado e reconhecido como uma importante ferramenta no combate à desinformação.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. L.; OLENSCKI, J. R. W.; SALLUM, M. A. M.; SARAIVA, A. M. **Análise de redes sociais como estratégia de apoio à vigilância em saúde durante a Covid-19.** Estud. av. 34 (99), p. 261-281, maio/agosto 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mJdn8gkLSwfqBgXNvnfnQFg/?format=pdf&lang=p> Acesso em: Julho de 2021.

AOS FATOS.: Disponível em:< https://www.aosfatos.org/ >. Acesso dia 21 de julho de 2021.

DANTAS, M. **Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Revista de Cultura e Política: Lua Nova (60), 2003.

DOMINGUES, Larissa. **Infodemia: uma ameaça à saúde pública global durante e após a pandemia de Covid-19.** Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 12-17, jan./mar. 2021. Disponível em: < https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2237/2413> Acesso em: Julho de 2021.

FIGUEREIDO, Kênia Augusta. **COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO HUMANO EM CONEXÃO COM O SERVIÇO SOCIAL.** Temporalis, Distrito Federal, n. 36, p. 162-177, jul./dez. 2018. Disponível em: < https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21506>. Acesso em: Jul. de 2021.

FUCHS, C. **Una Contribución a la Crítica de la Economía Política del Capitalismo Informacional Transnacional.** Nómadas 36. Colombia: universidad central. 2012

G1 SP. GLOBO. Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil: acompanhe a evolução da imunização. **G1.Globo,** 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acesso em: Ago. de 2021.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** – 20. ED – São Paulo, Cortez, 2011.

MARX, K. 1818-1883. **Manifesto do Partido Comunist**a. Braga. – São Paulo: Editora Escala, 2009.

PIAUI.FOLHA. **Agência Lupa**: Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/. Acesso dia 20 de julho de 2021.

REDES CORDIAIS. **Redes Cordiais**: Disponível em: <https://www.redescordiais.com.br/>. Acesso dia 21 de julho de 2021.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS; INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social, São Paulo, outubro de 2017. **A hegemonia da concentração sem limites.** Disponível em: < http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao/>. Acesso em: 22, agosto de 2021.

SALES, Mione Apolinario ; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (org.).**Mídia, questão social e serviço social**. – 3ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PROJETOCOMPROVA. **Agência Comprova**: Disponível em: https://projetocomprova.com.br/. Acesso dia 20 de julho de 2021

TEIXEIRA, Adriana: **Fake News contra a vida**: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela. Dissertação de Mestrado. PUC-São Paulo, 2018.

WARDLE, Claire. **Fake news**. It's complicated. First Draft, 2017. Disponível em: https://medium.com/1st-draft/fake-news-its-complicated-d0f773766c79. Acesso dia 23 julho de 2021.